

O que o eleitor quer de um candidato a vereador?

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

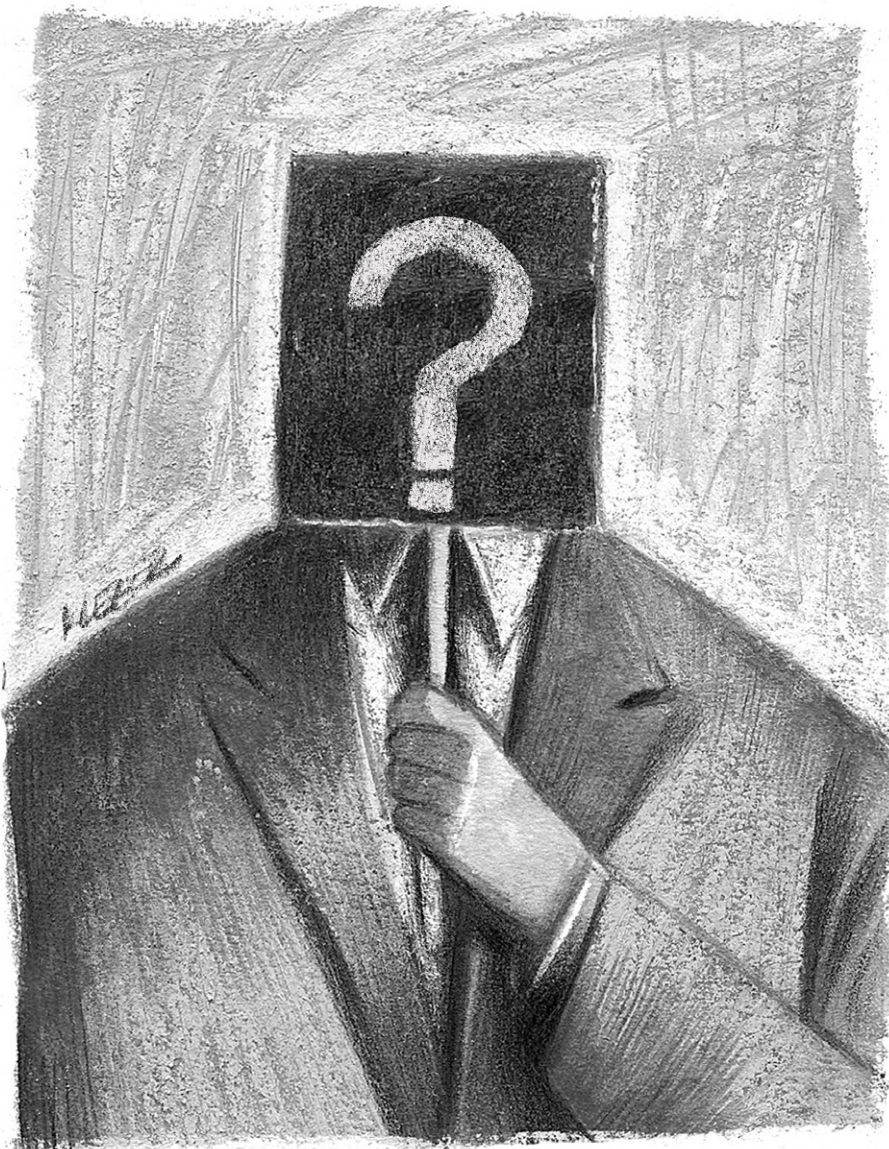
O IPEC Inteligência realizou uma pesquisa em março sobre o comportamento do eleitor em relação às eleições de outubro para as prefeituras. Foram 2 mil entrevistas em 130 municípios, abrangendo todas as regiões, e alguns dados chamam muito a atenção. Na primeira parte, as perguntas procuraram mensurar o interesse das pessoas em votar no pleito, e, aí, já temos uma informação relevante: no total, 35% disseram ter “muita vontade”, 32% dizendo ter “nenhuma vontade” e 31% disseram ter “pouca vontade”.

Na segmentação por gênero, vê-se que o maior percentual entre as mulheres (37%) está no grupo de “nenhuma vontade” e o maior percentual de homens (39%) afirma ter “muita vontade”. Já a faixa etária entre 45 e 59 anos apresenta o maior percentual de “muita vontade”, com 40%, enquanto que o maior percentual de “nenhuma vontade” é dos que têm entre 25 e 34 anos, com 35%.

Quando se analisa por região, o Nordeste aparece na liderança de quem tem “muita vontade”, com 44%, seguida do Sul, com 39%, ficando o Sudeste em último, com 29%. Quanto ao porte do município, o maior percentual está naqueles com até 50 mil habitantes, em que 39% têm “muita vontade”, e o menor nos acima de 500 mil habitantes, onde 37% têm “nenhuma vontade”. Vale registrar que, nesse último grupo, encontram-se 19 das 26 capitais.

Sobre o sentimento de apoio ou oposição às administrações atuais, os dados indicam que 55% desejam mudança, ao passo que 41% preferem a manutenção. Essa tendência é ainda mais forte nas capitais (61% a 35%, respectivamente), indicando que candidaturas de oposição têm mais chances no pleito.

Em relação aos fatores mais relevantes para decisão do voto, os principais indicados foram: debates entre os candidatos (37%), visita do candidato ao local de moradia (20%), notícias nos jornais, sites e rádios do município (17%), apoio



do governador (14%), apoio do prefeito (13%), notícias e postagens em redes sociais (12%), propaganda política (10%) e comícios (10%). Já as duas últimas posições são ocupadas por ser candidato apoiado por Lula (5%) ou Bolsonaro (4%).

Mesmo considerando que esses dados estatísticos referem-se à disputa para os executivos municipais, eles são úteis para ajudar a definir como um pré-candidato ou uma pré-candidata ao Legislativo municipal deve se comportar. Antes de tudo, é preciso entender que, a pouco mais de cinco meses do pleito, apenas analistas e pré-candidatos estão mobilizados pelo tema. O eleitorado em geral só começa a demonstrar algum interesse a partir de 16 de agosto, quando começa

oficialmente o período de campanha eleitoral. Porém, nessa fase da chamada pré-campanha, há muito a ser feito e aqui vão algumas observações.

O primeiro passo é trabalhar com a segmentação dos municípios por número de eleitores. Na pesquisa do IPEC aqui citada, verifica-se que a maior motivação em votar está presente nas 4.913 cidades com até 50 mil habitantes, onde quem tem “muita vontade” e quem tem “pouca vontade” somam 71% das respostas. Nessas localidades, a visita do candidato ao local de moradia do eleitor, o famoso “corpo a corpo”, é o segundo maior fator de decisão para o voto, com 22% das indicações. Assim, vale mais a pena conversar com o eleitor, em cada bairro, procurando se apresentar como um legítimo representante das demandas objetivas daquele segmento da população.

Já nas 656 cidades com mais de 50 mil habitantes, o critério mais relevante para a escolha do eleitor é o somatório de “notícias nos jornais, sites e rádios do município” com “notícias e postagens em redes sociais”, totalizando 31%. Nesses casos, caberá a quem se candidatar fortalecer sua participação nas mídias sociais com publicações que explicitem sua opinião acerca dos fatos abordados no noticiário, deixando clara sua linha de pensamento. Porém, mesmo nesses municípios, a visita do candidato ao local de moradia do eleitor tem peso importante, com 19% de indicações. Ou seja, não dá para apostar apenas na internet.

Por outro lado, nas cidades com mais de 500 mil habitantes, ainda há espaço para candidaturas que expressem ideias gerais, as chamadas candidaturas de opinião, que podem ter transversalidade territorial, apesar do fortalecimento daquelas que se elegem com votação concentrada em áreas específicas, particularmente nas controladas pelo crime. Aqui, a combinação de uso das redes sociais com reuniões domiciliares pode ser o melhor caminho.

Caminhos para um Brasil mais inovador, sustentável e competitivo

» RENATO PORTO
Presidente-executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)

» AMANDA SPINA
Presidente do Conselho Diretor da Interfarma

O Dia Internacional da Propriedade Intelectual, celebrado hoje, 26 de abril, merece a reflexão sobre o papel da proteção à inovação para o desenvolvimento do nosso país em diversos aspectos: social, econômico e no âmbito dos avanços na saúde.

A atratividade para a realização de investimentos em novas tecnologias está essencialmente relacionada aos mecanismos de proteção à inovação, à robustez normativa e à previsibilidade de cada mercado. Ao investir em um sistema moderno de propriedade intelectual, podemos pavimentar o caminho para um Brasil mais inovador, sustentável e competitivo globalmente.

Para os setores que investem alto em inovação, a proteção do direito da propriedade intelectual é crucial. Estudos demonstram, por exemplo, que 60% das novas descobertas da indústria farmacêutica não teriam sido feitas se não existissem patentes que permitem um retorno pelo investimento.

O Brasil tem caminhado e feito anúncios importantes no que tange à segurança para quem inova, inclusive com políticas e estratégias para reduzir o tempo de análise de uma patente, mas ainda há espaço para evoluir. Em seu Relatório de Gestão de 2023, o INPI aponta que o tempo médio para a análise de patente ficou em 4,6 anos. Um avanço muito importante, comparado a prazos anteriores que apontavam a média de 10 anos, e na metade do caminho para se chegar à redução de dois anos estabelecida como meta para 2026.

O estudo *Sweet Spot: o que o Brasil pode*

aprender com a proteção patentária de outros países?, de Gesner Oliveira, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em conjunto com demais pesquisadores, mostra, a partir de benchmarks internacionais, que o Brasil tem oportunidades para melhorar seu arcabouço legal e institucional relativo à proteção patentária. Países como os Estados Unidos (3,6 anos), Austrália (3,5 anos) e mesmo outros da América Latina já estão abaixo do prazo alcançado pelo Brasil no último ano. Os compromissos assumidos pela Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual em reduzir o prazo de concessão de patentes são fundamentais para a competitividade brasileira no cenário global.

Enquanto esses prazos de concessão não alcançam a meta, é importante que haja um dispositivo legal no Brasil que garanta um sistema de compensação pelos atrasos nas avaliações dos pedidos de patentes. Além de reduzir o nível de judicialização pela insegurança jurídica da ausência desse dispositivo legal, padrões internacionais o adotam como uma forma de compensar o investidor em inovação. Esse mecanismo está presente em legislações de outras nações, como Estados Unidos, Peru, México e Austrália.

Se faz necessária também uma legislação que proteja os dados regulatórios de estudos clínicos. Já tem implementada a Proteção Regulatória de Dados de Testes (PRDT) para produtos veterinários e agrícolas, mas é crucial que, por isonomia dos setores e para garantir mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento, essa proteção para produtos destinados ao uso humano também seja concedida.

Além disso, um estudo realizado pela consultoria econômica dinamarquesa Copenhagen Economics prevê um aumento de cerca de 40% no número de medicamentos inovadores disponíveis no país caso adotemos melhorias no arcabouço voltado à propriedade intelectual. Isso é positivo não só para a indústria de inovação, mas também para ampliação de medicamentos genéricos ou biossimilares. O documento prevê até três genéricos ou biossimilares para cada terapia inovadora produzida e que o número de ensaios clínicos no Brasil pode mais do que dobrar.

Não é possível falar em desenvolvimento social sem fortalecer a inovação em saúde e sem que haja garantias legais de proteção aos altos investimentos de longo prazo. Dados do *Journal of Health Economics*, de 2016, apontam que, para se chegar a um medicamento inovador, são necessários de 10 a 15 anos de pesquisa com investimentos de cerca de US\$ 2,6 bilhões por molécula.

Proteger essas inovações é indispensável para que haja um ciclo de benefício e desenvolvimento a todos os setores da sociedade e, principalmente, aos pacientes, que podem contar com tratamentos transformacionais. Sem os devidos estudos e avanços, esses pacientes não teriam opções para seguir com suas jornadas.

É fundamental que haja segurança jurídica para qualquer investimento, e, para a indústria de inovação, essa segurança passa necessariamente pela existência de um sistema de propriedade intelectual robusto, que se aproxime das melhores práticas internacionais. Isso impulsiona a inovação, a saúde e a economia do país.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Ao povo brasileiro

Em mensagem dirigida ao povo brasileiro, por ocasião da 61ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada entre 10 e 19 de abril último, os bispos católicos, citando Mateus 23,8, que ressalta: “Vós sois todos irmãos e irmãs”, lembraram, logo de saída, que as experiências adquiridas pelo nosso passado recente, nos ensinam a buscar, no diálogo, as soluções para o Brasil atual.

Para os bispos reunidos na assembleia, foi graças às articulações, entre agentes lúcidos e cidadãos, que superamos e deixamos para trás aqueles problemas. Segundo apontam nessa mensagem, cabe às instituições do país, no caso, aos três Poderes da República, resolverem os problemas que se apresentam hoje à nossa democracia. Por isso mesmo, conclamaram essas instituições e a sociedade civil a seguirem o que preconiza a Constituição de 1988.

Nesse sentido, lembraram os bispos, que as questões relativas à independência e à harmonia entre os Poderes não são apenas opções de momento, mas, sim, deveres permanentes e irrenunciáveis, que, aliás, estão expressos na Carta de 1988. De acordo com esses prelados, lembrando o papa, “a paz, por ação da força mansa e santa dos que creem, deve ser buscada como forma de se opor ao ódio da guerra”.

Durante essa assembleia, foram mencionados os gastos militares, que, no ano passado, cresceram e foram os mais altos desde a Segunda Guerra Mundial, assim como a fome no mundo, que aumentou no mesmo ritmo. Em nosso país, segundo os bispos, verifica-se também um crescimento sem precedente do crime, das milícias, do narcotráfico, da violência nas cidades e no campo, do bullying, do vandalismo, do racismo, do feminicídio, do tráfico humano e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Na avaliação desses religiosos, a realidade dos migrantes, do povo em situação de rua e da população encarcerada continua sendo um desafio, assim como a corrupção, o nepotismo e o tráfico de influência, que continuam a violentar nossa nação. Diante de uma situação calamitosa como essa apontada pelos bispos, a saída seria construir a paz, sobretudo aquela paz que nasce da justiça, segundo está escrito em Isaías 32,17. “Entendemos que o Brasil necessita de um novo marco legal que garanta a prioridade do trabalho, do bem-estar humano e da geração de emprego e renda, principalmente para os jovens. Todos os segmentos da sociedade brasileira devem defender a vida na sua integridade e agir, solidariamente, em prol de um país economicamente humanizado, politicamente democrático, socialmente justo e ecologicamente sustentável”, diz a mensagem.

Com relação aos novos desafios trazidos pelos problemas climáticos, os bispos assinalam a necessidade de uma transição rápida para as energias limpas. Também com relação à Amazônia, os bispos destacam que os povos que ali vivem não podem mais ser sacrificados por um modelo de exploração que não permite o bem viver. Também lembraram de outros biomas, como o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal, que estão sofrendo pressões de todo o tipo, tornando a cada vez mais difícil a reversão dessa destruição. Para os bispos, “toda a casa comum sofre com a destruição”.

Na mensagem ao povo brasileiro, os bispos, reunidos na CNBB, destacaram a realização, em 2025, da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), em Belém do Pará. Na oportunidade, serão discutidas possíveis soluções para o aquecimento global, bem como alternativas sustentáveis para a vida no planeta. No encontro, segundo eles, deverá existir um sério compromisso dos governos com a obra da criação. Em relação aos povos indígenas, os bispos ressaltaram que é preciso melhorar as políticas públicas com ação concreta na defesa dos povos originários, bem como a proteção de suas terras, especialmente no território Yanomami.

Durante a realização da 61ª assembleia, os bispos lembraram que passados 64 anos do início da ditadura militar, a nossa democracia ainda necessita de cuidados. Para tanto, destacaram que as próximas eleições municipais deste ano serão uma oportunidade para fortalecermos a nossa democracia, por meio do voto consciente. “A consciência cívica deverá estar a serviço dos mais profundos interesses do nosso povo, pois há exigências éticas para a realização do bem comum”, diz a mensagem.

Com esse intuito os bispos conclamam à união de todos, sendo que ninguém deve abdicar da participação na política. Em relação aos meios de comunicação, questão muito discutida hoje em dia em nosso país, os bispos assinalam que é preciso o combate à desinformação, principalmente aquela que usa a linguagem religiosa para justificar interesses políticos e econômicos escusos. Lembrando mais uma vez o papa Francisco, os bispos destacaram que a inteligência artificial corre o risco de ser rica em técnica e pobre em humanidade. Para tanto, disseram: a liberdade de expressão não pode estar a serviço da divisão social, pois o ódio, o fundamentalismo e o populismo enfraquecem a democracia.

» História de Brasília

Agora, voltamos ao mesmo assunto. Subindo ou descendo a superquadra, esteja sempre com seu carro em segunda. Se você tem chapa branca, avise ao seu motorista para fazer assim. Pode ser que ele não saiba, ou não se lembra, e sua advertência é uma necessidade. (Publicada em 6/4/1962)